RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Terca-Feira, 10 de Novembro de 2026

CNJ determina que Tribunal de Justiça de MT comprove a devolução do 'vale-peru'

PRAZO DE 15 DIAS

Da Redação

O Corregedor Nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, determinou que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) comprove a devolução de R$ 8 mil do auxílio-alimentação de dezembro passado pelos 322 magistrados do judiciário mato-grossense. O benefício que ficou conhecido como "vale-peru" causou grande polêmica pelo alto valor e, ainda em dezembro, o CNJ ordenou o recolhimento.

A informação consta no documento encaminhado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao ministro Cristiano Zanin, que julga uma ação proposta por Pedro Daniel Valim Fim, presidente do Observatório Social de Mato Grosso, que solicitava a suspensão do pagamento.

A polêmica do que ficou conhecido como "vale-peru", ocorreu após a corte estadual pagar R$ 10.055 mil em dezembro passado, de auxílio-alimentação. A bonificação foi dada pela ex-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Clarice Claudino. Porém, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu suspender e solicitou a devolução do valor, após a repercussão negativa.

Diante da decisão, o TJ mato-grossense determinou que os magistrados devolvessem o valor a mais do benefício, já que o auxílio era na época R$ 2 mil. O Judiciário informou que o recolhimento dos magistrados ocorreu ainda na folha de janeiro. Já em relação aos servidores beneficiados, a devolução ocorrerá de maneira parcelada em 18 vezes. O primeiro desconto ocorrerá este mês.

No mesmo ofício, Mauro Campbell solicita mais informações sobre o processo de devolução dos servidores, além de aceitar o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso (Sinjusmat) para acompanhar o processo da devolução.

A polêmica do "vale-peru" ganhou repercussão nacional e acabou ofuscando o fim do mandato de Clarice Claudino no comando da Corte Estadual. Ela determinou o pagamento do benefício com o valor de mais de R$ 10 mil em caráter exclusivo para o mês de dezembro.

Atualmente, o valor do "penduricalho" está em R$ 2.055,00. Essa não foi a primeira vez que a ex-presidente do TJMT concedeu a "bonificação" natalina. Em 2023, ela também contemplou todos com um auxílio de R$ 6.9 mil, ou seja, cerca de R$ 3 mil a menos do que o atual.

Fonte: Gazeta Digital